# As lições que vêm do Norte

Simon Schwartzman

1998

Há décadas que o Brasil manda, todos os anos, alguns milhares de jovens para estudar nos Estados Unidos em cursos de pós-graduação. Na sua maioria, eles concluem seus cursos, e voltam depois para trabalhar em nossas universidades ou instituições de governo, e as vezes também na iniciativa privada. Eles trazem experiências e conhecimentos novos importantes, e uma ideia fixa: é necessário reformar a educação superior brasileira, adotando aqui as coisas que deram certo lá. Antes, a maioria dos estudantes que saíam iam para a França, e também voltavam com ideias de reforma. Quando, nos anos 30, o Brasil organizou suas primeiras universidades, tratou de copiar o modelo europeu, com as faculdades profissionais estruturadas conforme currículos bem definidos, e um sistema governamental de controle e credenciamento. A Reforma Universitária de 1968 copiou o modelo norte-americano, com os departamentos universitários, o sistema de crédito, os programas de pós-graduação e a consagração da pesquisa como o fundamento de todo o trabalho universitário. Muita coisa deu certo, mas muita deu errado. Será que os jovens que foram aos Estados Unidos entenderam bem o que estavam vendo? Será que aprendemos a lição certa? Será que é certo, afinal, copiar os outros desta maneira, em vez de buscar um caminho próprio?

Na verdade, não existe "caminho próprio" em educação, e sim alguns modelos bastante gerais que todos os países vão adotando, e adaptando à sua realidade. O problema não está em tratar de entender e tirar lições da experiência estrangeira, mas sobretudo em não compreender bem o que estamos vendo, e não avaliar de forma mais profunda as reformas ou inovações que tratamos de colocar em prática.

Nada mais prestigioso no Brasil, até alguns anos atrás, do que ter estudado "na Sorbonne". Quem conhece um pouco mais o sistema universitário francês sabe, no entanto, que as principais instituições de ensino daquele país não são as universidades, que a antiga Sorbonne simbolizava, e sim um conjunto de escolas profissionais altamente seletivas, controladas pelo governo central, algumas de natureza militar - como a famosa *École Polytechnique*, de formação de engenheiros - e aonde os estrangeiros dificilmente conseguiam entrar. O sistema francês, conhecido como "modelo napoleônico", foi concebido em uma época de construção de um Estado fortemente centralizado e burocratizado, que acabou criando espaço mais tarde para uma universidade com maior abertura, inclusive para estrangeiros, que ajudou a criar a famosa imagem da cultura e sofisticação intelectual da margem esquerda do Sena, que fascinou tanto nossas gerações passadas.

Além de ter tentado emular o segundo patamar do sistema francês, e não o primeiro (buscando, na realidade, sobretudo sua versão italiana, que é que foi copiada pela legislação universitária brasileira dos anos 30), nossos homens públicos tentaram organizar o Estado brasileiro à imagem e semelhança do Estado francês, centralizado, burocrático, formal e controlador. Mas o Estado francês se organizou a partir de uma revolução sangrenta e um período prologando de luta de classes, tendo que enfrentar ao mesmo tempo uma sucessão de guerras prolongadas pela hegemonia política e militar na Europa. O resultado foi, em muitos aspectos, admirável - uma sociedade fortemente igualitária, competente e bem organizada, mas também enrijecida por uma imensa burocracia e um sistema extremamente complicado de grupos de interesse organizados - aquilo de Michel Crozier chamou, anos atrás, de "sociedade bloqueada" - que encontra hoje muitas dificuldades para se adaptar a um mundo caracterizado pela flexibilidade, descentralização e valorização da iniciativa. Infelizmente, não conseguimos

copiar o melhor da França, que é a competência profissional e o igualitarismo, e ficamos com o pior - o formalismo, a burocracia, e, na área acadêmica, o gosto pelo discurso, pelo uso floreado da linguagem, da sofisticação intelectual frequentemente inútil e vazia.

Ao contrário da França e dos demais países europeus, os Estados Unidos se caracterizam por ter um Estado nacional "subdesenvolvido", que cresceu muito mais lentamente do que o setor privado, e que, mesmo tendo aumentado enormemente nas últimas décadas, ainda é visto pela sociedade com desconfiança. Para os americanos, o governo federal não é propriamente governo, e muito menos Estado (eles não gostam nem da palavra), mas, basicamente, "the administration". Este Estado com baixa legitimidade coexiste com uma sociedade muito mais heterogênea do que a de qualquer país europeu, com populações de origens distintas e Estados federados que se desenvolveram autonomamente e continuam extremamente zelosos de sua autonomia. Não fosse a tentativa de copiar a organização política francesa, o Brasil seria, como de fato é, muito mais parecido aos Estados Unidos do que aos países europeus, pela diversidade regional, pelos desníveis de renda, e pelas diferentes culturas e tradições de suas populações.

É esta descentralização e "subdesenvolvimento" do Estado que explica a enorme variedade de experiências educacionais nos Estados Unidos, descrita com riqueza de detalhes por Cláudio de Moura Castro e seus colaboradores. Não só existe espaço para todo o tipo de experiências e iniciativas, como, sobretudo, não existe quase lugar para o formalismo e a burocracia - o que vale é o que cada um consegue adquirir, em termos de conhecimentos e competência. Na média, o sistema educacional norte-americano é pior do que o da maioria dos sistemas europeus, sobretudo na educação secundária. Suas principais universidades, no entanto, são as melhores do mundo, e a grande flexibilidade e liberdade de iniciativa em todos os níveis faz com que a população adquira com facilidade as habilidades necessárias para trabalhar e viver, mesmo que o que aprendam das "high schools" e "colleges" possa estar longe do que um europeu consideraria como "educação" propriamente dita.

Indo para as melhores universidades americanas com uma cabeça francesa, nossos bolsistas e pesquisadores viram e tentaram copiar o topo do *iceberg*, mas não enxergaram o resto. Conseguimos copiar muita coisa, e temos hoje cerca de 1.300 programas de pós-graduação, dos quais cerca de 700 com doutorado, ainda que só vinte e três destes, segundo a avaliação da CAPES, de nível realmente internacional. A chamada "indissolubilidade do ensino e da pesquisa", consagrada na legislação pelo governo militar na reforma de 1968, e hoje defendida arduamente pelos sindicatos de docentes e organizações estudantis, não conseguiu melhorar de forma significativa o ensino básico a não ser em poucas instituições, e acabou aumentando as exigências formais e burocráticas para o credenciamento e avaliação de cursos e instituições, inclusive no setor privado, afastando-as ainda mais da possibilidade de escolher, com liberdade, qual produto podem oferecer para seus diferentes públicos, a partir dos recursos de que dispõem, e oferecê-lo bem.

Uma segunda reflexão que podemos a partir da experiência americana tem a ver com o conteúdo específico daquilo que as universidades ensinam. Para quem passou anos ouvindo falar mal de nossa "tradição bacharelesca", e sobre a necessidade de dar mais formação técnica e científica a nossos estudantes, não deixa de ser surpreendente o que nos é dito do Middlebury College, perdido nas montanhas nevadas de Vermont, onde não existe pesquisa digna desse nome, os estudantes discutem Ovídio e filosofia da natureza, e as grandes corporações vêm buscar seus melhores quadros. Será que os tempos modernos, da globalização e dos serviços, deixou de valorizar a formação técnica e profissional, e está abrindo espaço para a volta da antiga mentalidade filosófica e especulativa? Não estará na hora, quem sabe, de acabar com o ensino da física, da química e da matemática na escola secundária, e abrir novos espaços para a filosofia, a literatura e o Latim?

Entender desta maneira seria continuar pensando com a antiga “cabeça francesa”. A verdade é que a formação geral é uma característica antiga das universidades clássicas inglesas, Oxford e Cambridge à frente, que os Estados Unidos em parte copiaram. Até hoje, na Inglaterra, um curso de história em uma destas universidades é um passaporte seguro para altas posições da política, na administração pública, e mesmo no setor privado. A França, sobretudo através da Escola Politécnica, apostou com sucesso na formação de engenheiros como a principal maneira de qualificar quadros para altas posições de responsabilidade e direção, mas foi uma exceção, é possível afirmar que o que faz um “polytechnicien” um grande profissional não é tanto sua formação técnica, mas o fato de ter cursado uma instituição de elite. O mundo atual depende, e dependerá cada vez mais, de pessoas com conhecimentos técnicos e científicos altamente especializados, mas é provável também que o tamanho do mercado de trabalho para pessoas com este tipo de conhecimento não cresça muito e até diminua, em comparação com os conhecimentos mais gerais necessários para as atividades de serviço, comunicação e processamento de informações.

No passado, acreditava-se que seria possível definir um conjunto básico de conhecimentos, um “currículo mínimo” que todas as pessoas deveriam cumprir para poderem participar plenamente no mundo moderno, como cidadãos conscientes e profissionais bem sucedidos. Os currículos de nossas escolas secundárias, copiado nos anos trinta dos colégios europeus, refletiam esta ideia. Hoje sabemos que este ideal é tão impossível de atingir quando o de um “conhecimento unificado” que um dia daria coerência a todas as ciências. As habilidades básicas que todas as pessoas necessitam para viver no mundo moderno são simples - ler e escrever com competência, ser capaz de ler, interpretar e operar minimamente com números, saber inglês e quem sabe uma outra língua. A partir daí, abre-se um grande leque de alternativas, da física a Ovídio, de Camões à matemática, passando pelo Latim, pelo desenho gráfico e pela puericultura. Depende de cada um, das possibilidades e da experiência que traz de casa, das curiosidades e interesses que desenvolveu, e, sobretudo, da existência de professores e orientadores que conheçam bem, de forma criativa e viva, o conteúdo daquilo que estão ensinando e transmitindo. O problema do ensino secundário brasileiro não é de quanta física, história, filosofia ou biologia deve ter, e sim de se o que o professor transmite, e o aluno aprende, é conhecimento vivo, ou um simples engolir e regurgitar de fórmulas e símbolos anotados em um currículo pré-fixado.

O mesmo vale para o ensino superior. Ninguém se atreve mais, como no passado, a prever que tipo de conhecimento e que perfis profissionais serão necessários para a sociedade do terceiro milênio. O que parece claro é que a competência, tanto técnica como organizacional, gerencial e humana, continuará a ser cada vez mais valorizada e disputada, enquanto que diplomas e papéis sem conteúdos verdadeiros continuarão a perder o valor. A principal lição que nos vêm do norte, acredito, não é a deste ou aquele formato organizacional, nem deste ou aquele conteúdo a ser ensinado. A principal lição é que precisamos, com urgência, liberar nossa capacidade de criar e inovar, para nos prepararmos para o mundo de hoje. . Já é tempo de aprendermos que não se consegue qualidade e resultados pela proliferação de normas e controle burocrático, assim como não se consegue maior igualdade de oportunidades e justiça social escrevendo, simplesmente, o que gostaríamos que ocorresse em algum documento legal.